

Notícias Sindicais, 08/08/14

Diap, 08/08/14

Comissão do Senado garante ganho real para mínimo e aposentadorias até 2019

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta quarta-feira (6), projeto que prorroga a política de valorização do salário mínimo, estabelecendo os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019. A atual prática governamental, que prevê ganhos reais acima da inflação, só terá vigência até 2015.

A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebe decisão terminativa. Emenda apresentada na CAS também garante ganho real para as aposentadorias com valores acima do salário mínimo. Os benefícios - aposentadorias e pensões - até um mínimo são reajustadas acima da inflação seguindo a política do piso nacional.

Mais quatro anos

O PLS 31/14, dos senadores do PCdoB Vanessa Grazziotin (AM) e Inácio Arruda (CE), estende por mais quatro anos as diretrizes para a política de valorização do mínimo, com base no reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e, a título de aumento real, na variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, conforme estabelece a Lei 12.382/11, alterada pelo projeto.

“Tal medida irá garantir a continuidade do processo redistributivo em curso, beneficiando importantes segmentos sociais como o dos trabalhadores, dos beneficiários do benefício da prestação continuada da previdência rural com a persistência dos ganhos reais em seus rendimentos”, declarou o relator, senador Paulo Paim (PT).

Inviável

O projeto tramitava em conjunto com o PLS 159/13, do senador Mário Couto (PSDB-PA), que alterava o salário mínimo para R\$ 1.400 e cujo teor foi rejeitado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) em seu substitutivo. Segundo afirmou, a elevação abrupta da remuneração afetaria as contas públicas.

No entanto, o relator apresentou emenda para garantir aos aposentados cujo benefício supera o valor do salário mínimo um reajuste anual justo, tendo como base o crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal.

O reajuste para preservar o poder aquisitivo dos benefícios previdenciários de valores maiores do que o salário mínimo, explicou Paim, corresponderá à concessão da variação acumulada do INPC observada no ano anterior, somado à variação do crescimento das remunerações dos empregados informadas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações da Previdência Social (GFIP) verificada no penúltimo ano anterior ao da concessão do aumento real dos benefícios previdenciários. *(Com Agência Senado)*

Portal da CUT

PE: Campanha de Sindicalização aumenta em 212% o número de filiados aos aeroportuários

07/08/2014

Com apoio de materiais da CUT Nacional, SINA se fortalece para a luta sindical

Escrito por: CUT Nacional

Com o objetivo de aumentar a unidade e a representação dos trabalhadores na luta pela ampliação de direitos, a Campanha Nacional de Sindicalização e Filiação da CUT tem conquistado muitos avanços. Em Pernambuco, por exemplo, a ação CUTista ampliou a sindicalização dos aeroportuários ao Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA) de 25% para 78% entre 2013 e 2014. Apenas no aeroporto de Recife, o maior do estado, passou de 32% para 92% dos trabalhadores.

Leonardo Félix, delegado sindical do SINA em Pernambuco, destacou a importância da organização e dos materiais elaborados pela CUT nesse processo. “Com esse conteúdo podemos apresentar dados e informações necessárias para instruir o trabalhador sobre a necessidade de união de classe para a conquista de direitos”, afirma o delegado. “E, no Nordeste, como um todo, o reflexo da campanha também foi grande. Em um ano, a campanha se espalhou por Campina Grande, Natal, Fortaleza, e favoreceu o grande índice de sindicalização”. A divulgação dos panfletos foi corpo a corpo e também por e-mail, relata o delegado.

Félix destaca também que, com a ampliação do número de sindicalizados, os sindicatos podem aumentar a pressão sobre os patrões e isso faz com que a pauta da categoria também seja ampliada. “Nossa luta agora é ampliar a estabilidade dos profissionais; garantir a manutenção de planos de saúde e implementar um plano de cargos e salários”.

Secretário Nacional de Organização da CUT, Jacy Afonso destaca o trabalho realizado pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários e defende que iniciativas como essa servem de exemplo para todas as instâncias da CUT engajadas na campanha nacional. "O índice de sindicalização no Brasil cresceu pouco, apesar da geração de cerca de 20 milhões de novos postos de trabalho desde 2003, por isso é fundamental reconhecer a importância do trabalho de base e fomentar mais ações como essas. Isso refletirá no fortalecimento da representatividade dos sindicatos e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida de cada trabalhador e trabalhadora", completou.

Portal da CUT

Salários no Brasil crescem o dobro da média mundial após a crise de 2008, diz OIT

07/08/2014

Ganho real de 72,3% no salário mínimo contribuiu para melhorar a qualidade de vida do trabalhador durante os governos Lula/Dilma

Escrito por: Agência PT de Notícias, com informações do Portal Brasil

O Relatório Global sobre os Salários 2012/13, da Organização Mundial do Trabalho (OIT), informa que a média anual de crescimento do salário real no Brasil superou a média mundial entre 2009 e 2011.

No mundo, os salários cresceram 1,3% em 2009; 2,1% em 2010 e 1,2% em 2011. No Brasil, os níveis atingiram quase o dobro: 3,2% em 2009, ano da crise; chegando ao ápice em 2010, com 3,8%; e 2,7%, em 2011.

"Quando os salários aumentam em consonância com o crescimento da produtividade estes aumentos são ambos sustentáveis e estimulam um maior crescimento econômico face ao aumento do poder de compra das famílias", afirmou o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, ao divulgar o relatório, na terça-feira (5).

Mínimo – Segundo a OIT, o aumento real do salário mínimo tem contribuído para esse resultado e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro durante os governos do PT, beneficiando diretamente cerca de 48 milhões de pessoas.

Desde 2003, o valor do mínimo teve crescimento real (descontada a inflação) de 72,31%, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O relatório da organização aponta que a manutenção do crescimento dos salários no País se deve às políticas de valorização do salário mínimo e ao ganho de produtividade no mercado.

A política de valorização do mínimo começou a ser elaborada em 2006 e se consolidou a partir de 2011, quando ficou definido que o salário mínimo do trabalhador brasileiro seria reajustado, até 2015, com base na Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

Pela regra, a cada ano, o aumento corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano retrasado, mais a inflação do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O ganho também impulsionou os ganhos obtidos pelos trabalhadores de diversas categorias, nas negociações com os empregadores no ano passado.

Cerca de 95% das 685 unidades de negociação, analisadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-Dieese), conquistaram reajustes para pisos salariais das categorias em 2013, acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o Balanço dos Pisos Salariais Negociados em 2013, do Dieese, o valor médio dos pisos salariais foi cerca de 9% maior, em termos nominais, que o valor médio observado nas mesmas unidades de negociação em 2012.

Redução da pobreza – A OIT também destaca a valorização de salário mínimo como instrumento para a redução da pobreza. No Brasil, um salário mínimo mais forte é uma das medidas mais citadas para explicar a redução da pobreza, diz um trecho do relatório "2003 – Reparando o tecido econômico e social". O relatório destacou o crescimento de 16% da classe média entre 1999 e 2010. Segundo a OIT, isso ocorreu devido ao fortalecimento do salário mínimo, entre outras ações.

Para o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Marcelo Neri, os mais pobres ganharam mais renda nos últimos anos, com a renda dos 5% mais pobres tendo um crescimento 5,3 vezes maior que a dos 5% mais ricos.

O poder de compra do salário mínimo é calculado pelo Dieese de acordo com os produtos da cesta básica. Atualmente, essa relação é a maior desde 1979. Os produtos da cesta básica e suas respectivas quantidades mensais são diferentes por regiões e foram definidos pelo Decreto 399 de 1938, que continua em vigor.

Portal da CUT

CUT-MT promove a primeira roda de conversa com sindicatos filiados

07/08/2014

Objetivo é estreitar as relações com as entidades filiadas e debater ações sindicais

Escrito por: Silvia Marques/CUT-MT

A Direção da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso realizou na terça-feira (15), com a participação dos dirigentes dos sindicatos filiados o primeiro Chá com Bolo e Roda de Conversa, na sede da CUT-MT.

De acordo com o presidente da CUT-MT, João Luiz Dourado, o Chá com Bolo e a Roda de Conversa deverá acontecer todos os meses, conforme foi estabelecido no planejamento da direção da Central. "Os encontros terão o intuito de aproximar os sindicatos filiados ao cotidiano da Central, pois somente através do diálogo é possível pensar as ações sindicais e fortalecer o projeto da classe trabalhadora", explicou o presidente.

Nesta primeira roda de conversa, além da organização sindical, análise de conjuntura estadual e nacional, a eleição de 2014 ocupou boa parte do debate entre os sindicalistas. Participaram dessa primeira conversa os candidatos a deputado federal, Robinson Ciréia, o candidato a deputado estadual, Gilmar Soares, ambos da base do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) e o candidato a governador do estado, Lúdio Cabral, da base sindical dos trabalhadores da saúde.

Os dirigentes sindicais apontaram, principalmente, a reforma eleitoral, a reforma tributária e reforma agrária como sendo fundamentais para avançar na construção do projeto da classe trabalhadora melhorando as condições de emprego e distribuição de renda da população. Ainda destacaram questões importantes como o fim do fator previdenciário, a luta contra o Projeto de Lei 4330/2004 (o PL da terceirização), que ataca a legislação trabalhista e promover uma reforma mascarada e contra a Lei do direito de greve que tramita no congresso nacional.

Entre as demandas do movimento sindical e social, em Mato Grosso, foi discutida a necessidade do fim das Organizações Sociais na saúde pública do estado, a valorização dos servidores públicos com a realização de concurso público e manutenção dos acordos fechados com as categorias e aprofundar o debate sobre o regime de previdência. Uma pauta que irão debater com todos os candidatos ao governo de Mato Grosso é o MTPrev. Ainda, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Saneamento de Cuiabá (Sintaesa), Ideueno Fernandes, destacou a política de saneamento básico dos municípios. Ele ressaltou a necessidade de rever as concessões públicas do setor.

Abordaram, também, aspectos da política de desenvolvimento da economia de Mato Grosso, com a política de isenção fiscal que tem favorecido o setor do agronegócio e empresas já consolidadas em detrimento aos micro e pequenos empreendedores. Para os sindicalistas reverter essa política significa agregar mais renda e trabalho a economia do estado. Hoje, Mato Grosso é um estado que sua produção agrícola mais cresce, no entanto a arrecadação e a economia do estado e dos municípios não tem crescido na mesma proporção.

Segundo o candidato a governador, Lúdio Cabral, somente ampliando, gradativamente, a agroindústria de Mato Grosso e potencializando a economia local é que será possível gerar mais e melhores empregos, principalmente para a população jovem, e consequentemente aumentando a arrecadação do estado para investir nas políticas sociais, como educação, saúde e segurança.

Reforma Política

A Campanha pelo Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político foi apontado como uma das prioridades da ação sindical. Como tarefa foi apontada que todos os sindicatos devem criar seu comitê pró-plebiscito para organizar a campanha internamente junto à sua base sindical.

O candidato a deputado federal Robinson Ciréia disse que a campanha é sua principal plataforma eleitoral e que o debate eleitoral será uma grande oportunidade para discutir a reforma do sistema político brasileiro com a população.

O professor Gilmar Soares também apontou a reforma política como urgente e necessária e lamentou que essas eleições ainda sejam realizadas dentro das dessas regras que só privilegia o poder econômico e não a democracia e da participação popular.

No final da conversa, foi proposto pelos participantes à criação de um Comitê supra sindical pró Dilma. O lançamento do Comitê será dia 05 de agosto. Também será chamada uma Plenária Sindical, onde será apresentada a Plataforma da CUT/MT para eleições 2014 para todos os candidatos.

O presidente da CUT/MT ainda reforçou a importância da presença de todos no CURSO DAS MIL PESSOAS. O curso será realizado no próximo sábado, dia 19 de julho de 2014, das 8h às 16h, no Centro Cultural da UFMT.

Portal da UGT

Atividade-fim: reconhecido vínculo de emprego a terceirizada de telefonia

07/08/2014

Uma trabalhadora de Curitiba teve o vínculo de emprego reconhecido com a empresa VIVO S.A. depois de trabalhar por mais de oito anos como terceirizada em atividades-fim da companhia telefônica. A decisão é da 6ª Turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), da qual cabe recurso.

A empregada da LTK Processamento de Dados Empresariais Ltda. atuava na venda de produtos e serviços exclusivos da VIVO, fazia habilitação e cancelamento de linhas, migração de planos, troca de chip e contestação de faturas. Após deixar a LTK, em maio de 2013, ajuizou ação trabalhista pedindo reconhecimento de vínculo de emprego com a VIVO – o que foi negado em primeira instância, na 16ª Vara do Trabalho de Curitiba.

Ao analisarem o recurso da trabalhadora, os desembargadores da 6ª turma do TRT-PR concluíram que as empresas desrespeitaram a súmula 331 do TST, que considera ilegal a contratação de trabalhadores para serviços terceirizados, “salvo no caso de trabalho temporário (inciso I), de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta (inciso III).”

A empresa de telefonia, em sua defesa, afirmou que nunca remunerou e também não contratou e nem dirigiu a prestação de trabalho da ex-funcionária. Além disso, ressaltou que a relação entre as empresas “foi meramente de natureza comercial e não de prestação típica de serviços, conforme demonstra o contrato de distribuição de produtos, não havendo que se falar em ilicitude de terceirização”.

A 6ª Turma, no entanto, considerou o contrato de distribuição “uma mera fraude à legislação”, visto que a empresa terceirizada vendia exclusivamente produtos e serviços da VIVO e submetia-se à sua ingerência e fiscalização.

fonte: Assessoria de Comunicação TRT-PR

Portal da CSB

Sindicatos e centrais querem diálogo sobre demissões em massa no setor metalúrgico

Desde o início da semana o Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Região já registrou mais de 130 demissões

Como era temido pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Região, as empresas do setor de autopeças começaram a demitir funcionários, em decorrência da crise que atinge o setor automotivo. Em virtude dessa situação preocupante, sindicatos do setor querem se reunir com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) e com os demais sindicatos patronais para discutir a questão.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, com representatividade nas cidades de Itatiba, Itupeva, Vinhedo, Louveira, Morungaba e Jarinu, Igor Tiago Pereira, o momento é de as entidades e centrais sindicais se unirem nas negociações com representante das indústrias e também do governo para evitar as demissões em massa, o que pode atingir diretamente a economia do Brasil.

“Estamos preocupados com essa situação. O setor em que atuamos já enfrentou outras crises mas essa, da forma como se projeta, pode trazer consequências alarmantes para todo o País, pois estamos passando por um ano atípico, onde carnaval, Copa do Mundo e eleições estão mexendo com todo o cenário financeiro da população”, observa.

Para o diretor financeiro do sindicato, José Avelino Pereira, o Chinelo, o diálogo com a Fiesp e classe patronal se faz necessário pelo fato de a própria entidade e o Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), nos últimos meses, terem registrado um número preocupante de demissões na indústria paulista.

“A Fiesp, o Ciesp e os demais sindicatos patronais representam as indústrias e nós, junto às centrais sindicais, estamos do lado dos trabalhadores. Queremos esse diálogo por entender que o enfrentamento de uma crise sem a busca por alternativas pode ser muito prejudicial para os dois lados”, afirma Chinelo.

Para o diretor, o momento é de os sindicatos e as empresas discutirem a redução das jornadas de trabalho, porém sem mexer nos salários de seus funcionários. “Existem algumas possibilidades de a opção por esse caminho. Mas queremos o entendimento para que o lado financeiro do trabalhador não seja prejudicado. Entendemos que a redução da jornada pode aliviar para as indústrias com a redução de despesas nas linhas de produção. Vamos dialogar, pois a situação que nos mostra é complicada”, afirma.

Desde o início da semana o Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Região já registrou mais de 130 demissões. Um número considerado alarmante. “Estamos buscando o diálogo com as empresas, realizando assembleias e reuniões com os trabalhadores, até mesmo para buscarmos um clima de tranquilidade, pois o desespero em pouco nos ajuda em momentos como este”, diz o presidente Igor Tiago Pereira.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Região

Portal Mundo Sindical

Emenda dá cinco anos para que enfermagem tenha carga semanal de 30 horas

Para vencer resistências, relatora propõe redução gradual da carga semanal de trabalho para 30 horas, em até cinco anos. Texto não tem apoio do PMDB.

A relatora do projeto que fixa em 30 horas semanais a jornada de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), propôs uma emenda que dá cinco anos para que a medida seja efetivada. A ampliação progressiva será decidida por regulamento para o setor público e por negociação coletiva no setor privado. A intenção é derrubar resistências à proposta (PL 2295/00), que tramita na Câmara há 14 anos.

O projeto estava na pauta do esforço concentrado desta semana, mas não houve possibilidade de votação por causa da pauta trancada por medidas provisórias. O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, disse que pretende colocar a proposta em votação na primeira semana de setembro ou depois das eleições de outubro.

Negociações

O conteúdo da emenda foi negociado com alguns líderes partidários em julho. A emenda será apresentada durante a votação em Plenário se houver acordo para a sua aprovação na Câmara e no Senado, já que qualquer mudança no projeto original obriga o texto a voltar para uma nova votação pelos senadores.

O ideal, segundo Jandira Feghali, seria aprovar o projeto original, que poderá ir direto para sanção presidencial. “Só faz sentido escalonar em cinco anos a jornada se possibilitar a tramitação dessa proposta em um consenso. A nossa preferência é pela votação das 30 horas e pelo envio direto à sanção”, explicou. A emenda já tem o apoio de líderes de PSDB, PSC, SD, Psol, PDT, PR, PCdoB e PV, entre outros.

O presidente da Câmara defendeu a emenda. “O prazo de cinco anos para aplicabilidade deixa um espaço maior para o diálogo e a construção de uma fórmula negociada”, disse Henrique Eduardo Alves.

Para o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), a emenda traz um texto “equilibrado” e “gradual até demais”.

Posição do PMDB

O líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), no entanto, manifestou posição contrária à proposta. Ele lembrou que o partido não concordou com o regime de urgência da proposta e disse que até sofreu ameaças nas redes sociais por isso e teve de ir à Justiça para que fosse retirado da internet um banner com conteúdo ofensivo.

Para Cunha, a carga horária de todos os profissionais do setor deve ser discutida como um todo. “Não podemos, a cada dia que passa, achar que uma categoria vai ter uma carga horária diferenciada. Hoje são os enfermeiros, amanhã serão outros”, disse. Ele avaliou que a discussão da carga horária camufla uma discussão salarial. “O que estamos discutindo é salário. Uma carga menor que permita ao enfermeiro ter um duplo emprego e um salário melhor”, disse.

Fonte: Agência Câmara Notícias - 07/08/2014

Portal Mundo Sindical

Justiça determina retorno imediato de 225 trabalhadores às obras da BR

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro, expediu nesta terça-feira (5) uma liminar que determina o retorno imediato de aproximadamente 30% dos funcionários às obras da nova pista de subida da serra de Petrópolis, na Região Serrana. A greve já dura 17 dias e cerca de mil trabalhadores, incluindo os das subempresas, estão de braços cruzados. Eles reivindicam a extensão do plano de saúde a parentes. A multa pelo não cumprimento da decisão é de R\$ 50 mil por dia, direcionada ao sindicato que representa a categoria.

A notificação do Tribunal chegou por volta das 9h desta quarta-feira (6) no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Montagem Industrial, Mobiliário, Mármore e Granito e do Vime de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Magé e Guapimirim (Siticomm), segundo Josimar Campos de Souza, presidente da entidade. O pedido de liminar foi feito pelo consórcio responsável pelas intervenções, criado pela concessionária que administra o trecho da BR-040, a Concer. A decisão é válida a partir da data do recebimento.

"Eles exigem que 225 funcionários retornem às atividades imediatamente, mas nós não temos a relação de quem trabalha no local. Portanto, respondemos ao Tribunal, por volta das 15h desta quarta-feira, que precisamos desta informação para cumprir a determinação", explicou Josimar, ressaltando que não concorda com a exigência e que as reivindicações da categoria acabam ficando esquecidas. Segundo ele, a decisão da Justiça foi tomada com base na justificativa da Concer de que as obras são um serviço essencial para a população. "A parte de manutenção da rodovia é feita pela própria concessionária, portanto, a paralisação das obras não oferece risco nenhum aos usuários", destacou o presidente do sindicato.

Uma assembleia será realizada nesta quinta-feira (7) para que o sindicato informe aos trabalhadores, oficialmente, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho. "Recebemos uma responsabilidade que, no momento, não temos como cumprir. São 750 trabalhadores do consórcio, mais os das subempreiteiras, que totalizam cerca de mil pessoas. Não sabemos quem é eletricista, o responsável pela terraplanagem ou pela drenagem, portanto, não temos como recrutá-los", salientou Josimar.

Funcionários e consórcio não entraram em acordo sobre o valor que deverá ser pago pela inclusão dos dependentes no plano de saúde. A Concer informou, nesta quarta-feira, apenas que "as negociações continuam em andamento".

Fonte: Fernanda Soares/G1 - 07/08/2014

Portal Mundo Sindical

PE: Trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape em greve por tempo indeterminado

A manhã desta quinta-feira (7) começou com transtornos nas imediações do Complexo Portuário de Suape depois que trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) e da Petroquímica Suape anunciaram uma greve por tempo indeterminado. A decisão ocorreu após em uma assembleia realizada em frente ao Portão 2 da refinaria.

De acordo com o sindicato da categoria, cerca de 30 mil trabalhadores participaram da assembleia e reivindicam um reajuste salarial de 13%, aumento de R\$ 310 para R\$ 408 no valor da cesta básica, inclusão do auxílio cultura mensal de R\$ 50 e adicional de 30% de periculosidade aos funcionários.

O sindicato informou que uma nova assembleia está agendada para a próxima segunda-feira (11), às 7h, para definir os rumos da movimento após as respostas do sindicato patronal.

Fonte: Diário de Pernambuco - 07/08/2014

Portal Mundo Sindical

Funcionários da USP fecham portões da Cidade Universitária em forma de protesto

Cerca de 300 manifestantes fecharam o portão principal da Cidade Universitária e todas as entradas para pedestre ao campus na manhã desta quinta-feira (7), na zona oeste de São Paulo, de acordo com a Guarda Universitária.

Segundo a instituição, os portões 3, na avenida Corifeu de Azevedo Marques, e 2, na avenida Escola Politécnica, estão abertos para veículos. Os ônibus circulares que passam por dentro da USP estão entrando pelo portão 3.

O Sintusp (Sindicato dos Funcionários da USP) afirma que os três portões da Cidade Universitária foram bloqueados. Uma passeata na região está prevista para começar após as 13h. Os manifestantes devem sair do portão 1 e caminhar pela avenida Vital Brasil até a avenida Corifeu de Azevedo Marques, chegando ao portão 3 do campus. De lá, os grevistas devem seguir pela avenida Politécnica até o portão 2.

Em nota, sindicato informou que a ocupação "é uma resposta ao absurdo corte dos salários de milhares de trabalhadores por exercerem o direito constitucional de greve".

A nota é complementada com a informação de que estudantes e trabalhadores da Universidade de São Paulo participarão deste "tranco" total. Os funcionários da universidade também fizeram manifestações em maio deste ano, com o objetivo de pressionar o reitor Marco Antonio Zago a aumentar os salários. Sem negociação com a direção da universidade, uma greve recomeçou no dia 27 do mesmo mês.

Também em nota, a USP lamenta a "ação intransigente do sindicato que resultou na ação arbitrária de manter bloqueados, desde o dia 4 de agosto, o acesso ao prédio da Reitoria, descumprindo ordem judicial". A instituição afirma que "desde o início desta gestão, tem sido levado ao conhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral o comprometimento orçamentário da Universidade com folha de pagamento muito acima dos recursos disponíveis e que ainda que seja justa a demanda por reajuste salarial, nesse contexto, qualquer correção implicaria aumento de gastos com pessoal com os quais a USP não pode arcar".

Ainda segundo as informações passadas na nota, "a USP gasta R\$ 90 milhões por mês a mais do que recebe e, nesse ritmo, deve fechar o ano com déficit de R\$ 1 bilhão e sempre manteve as portas do Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) abertas às negociações, que, contrariamente ao divulgado pelos sindicatos, nunca foram fechadas, e agendou, para 3 de setembro, a sexta reunião, desde 12 de maio, para a discussão da data-base".

Fonte: R7 - 07/08/2014

Portal Gestão Sindical

Rotatividade setorial: dados e diretrizes para a ação sindical

07/08/2014 por Dieese

Apresentação do livro

Entre outubro de 2012 e agosto de 2013, por demanda do movimento sindical e com apoio da FES (Fundação Friedrich Ebert), o DIEESE realizou uma série de seminários com dirigentes das entidades sindicais de trabalhadores bancários, da construção, do ramo metalúrgico, do comércio, de alojamento e alimentação (hotelaria) e dos químicos. As atividades tiveram como objetivo debater e investigar o fenômeno da rotatividade a partir da ótica setorial, ou seja, averiguar como o problema se manifesta entre esses trabalhadores e quais as características, diferenças ou semelhanças existentes entre os setores.

Além do estudo dos dados, os seminários propiciaram aos dirigentes sindicais debater e formular uma série de propostas com o objetivo de reduzir as taxas de rotatividade nos respectivos setores. Os resultados estão publicados neste livro, *Rotatividade setorial: dados e diretrizes para a ação sindical*, editado pelo DIEESE.

A obra é constituída de sete sessões, que tratam, separadamente, de cada setor, a partir dos dados da Relação de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No último capítulo estão as considerações finais, com as propostas elaboradas nos seminários.

Há dados sobre rotatividade por tipo de estabelecimento, perfil do trabalhador (sexo, cor, idade), informações sobre o tempo de vínculo empregatício, remuneração etc. Espera-se que o livro seja uma contribuição ao debate de alternativas para enfrentar o grande desafio de criar mecanismos que possam reduzir a rotatividade a patamares menos alarmantes no país, tanto no âmbito setorial quanto geral.

O DIEESE agradece às entidades sindicais que participaram dos seminários e a FES, sem os quais esta publicação não seria editada.

Os eventos contaram com a participação de cerca de 140 dirigentes sindicais das seguintes entidades: Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom-CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção (CNTIC), Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada (Fenatracop), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom), Federação Interestadual de Trabalhadores da Indústria Metalúrgica (FTIMETAL), Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM-FS), Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs-CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Confederação Nacional dos Químicos (CNQ- -CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos (CNTQ).

Além dos dirigentes das confederações participaram também vários representantes de diversos sindicatos.

O fenômeno da rotatividade tem sido estudado e discutido pelo DIEESE desde 2010. Em 2011, por intermédio de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi publicado o livro *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. Em 2014, dando sequência à parceria, foi lançado *Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho*, que atualiza os dados da primeira publicação e analisa os desligamentos de trabalhadores e o aumento dos gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Traz ainda um conjunto de contribuições e propostas do movimento sindical para enfrentar o desafio de reduzir as taxas de rotatividade e aprimorar o Sistema de Políticas Públicas de Emprego.

Acesse a versão completa do livro através do site do Dieese (www.dieese.org.br)

Federação Nacional dos Urbanitários

Copasa: Greve dia 12 em todo Estado

A intransigência da Copasa em não negociar abertamente as reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho deixa os trabalhadores com os "nervos à flor da pele". Em assembleias realizadas em todo o Estado entre os dias 4 a 6 de agosto, os trabalhadores, mais uma vez, rejeitaram a proposta da empresa de reajuste de 5,82% nos salários e benefícios e reajuste de

10% no tíquete refeição, insistindo por uma proposta mais realista das condições da empresa para atender com justiça às reivindicações da categoria.

A categoria deliberou a GREVE em todo o Estado no dia 12 de agosto e o Sindicato já notificou a direção da Copasa e o Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre a decisão, para que sejam definidos os contingentes mínimos nas atividades essenciais.

Mais informações:

<http://www.sindagumg.com.br/boletim.htm>

Monitor Mercantil, 07/08/14

Valor da cesta básica recua em todas capitais

Em julho, os preços do conjunto de bens alimentícios essenciais diminuíram em todas as 18 capitais onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realiza mensalmente a Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos. As maiores quedas foram registradas em Brasília (-7,16%), Curitiba (-7,11%), Porto Alegre (-5,88%) e Natal (-5,27%). O menor recuo foi observado em Manaus (-1,60%).

Florianópolis foi a cidade onde se apurou o maior valor para a cesta básica (R\$ 346,99) e apresentou a segunda menor variação negativa (-1,91%) em relação a junho. A segunda maior cesta foi observada em São Paulo (R\$ 345,42), seguida por Vitória (R\$ 330,71). Os menores valores médios da cesta foram verificados em Aracaju (R\$ 239,72), Salvador (R\$ 270,06) e João Pessoa (R\$ 270,60).

Com base no custo apurado para a cesta mais cara, a de Florianópolis, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em julho deste ano, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.915,07, ou seja, 4,03 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 724. Em junho, o mínimo necessário era maior, equivalendo a R\$ 2.979,25, ou 4,11 vezes o piso vigente. Em julho de 2013, ficava em R\$ 2.750,83, ou 4,06 vezes o mínimo da época (R\$ 678).

No acumulado dos primeiros sete meses de 2014, 16 capitais apresentaram alta no valor da cesta básica. As maiores elevações ocorreram em Aracaju (10,58%), Florianópolis (8,66%) e Recife (7,82%). As reduções foram verificadas em Campo Grande (-2,54%) e Belo Horizonte (-1,25%).

Em 12 meses, entre agosto de 2013 e julho último, 17 cidades tiveram variações positivas, com destaque para Florianópolis (22,17%), Curitiba (10,37%) e Rio de Janeiro (9,81%). A retração ocorreu em João Pessoa (-1,79%).

Em julho, para comprar os gêneros alimentícios essenciais, o trabalhador remunerado pelo salário mínimo precisou realizar, na média das 18 capitais pesquisadas, jornada de 92h03, tempo inferior às 96h registradas em junho. Em julho de 2013, a jornada comprometida era maior, já que naquele mês foram necessárias 92h56.

Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em julho, 45,48% dos vencimentos para comprar os mesmos produtos que em junho demandavam 47,43%. Em junho de 2013, o comprometimento do salário mínimo líquido com a compra da cesta era maior e equivalia a 45,92%.

Em julho, os recuos dos preços da cesta básica foram influenciados principalmente pelo comportamento dos seguintes produtos: tomate, batata, feijão, óleo de soja e farinha de mandioca nas regiões Norte e Nordeste, além de carne bovina e açúcar. A batata apresentou redução dos valores em todas as cidades do Centro/Sul, onde é pesquisada: as maiores quedas foram verificadas em Brasília (-39,94%), Goiânia (-30,86%), Rio de Janeiro (-30,42%) e Vitória (-30,36%). A menor queda foi registrada em Florianópolis (-13,33%). Em 12 meses, o produto também acumula redução de preço em todas as cidades, que variou entre -48,76% em Goiânia e -7,14% em Florianópolis. Além da safra das secas, nas

regiões de Curitiba, São Mateus do Sul, Irati e Ponta Grossa (PR), Ibiraiaras (RS) e Sul de Minas Gerais, em Vargem Grande do Sul (SP), a colheita foi iniciada no início de julho, e, apesar da menor produtividade, tem abastecido o mercado interno, com redução do valor do tubérculo no varejo.

Em julho, o preço do tomate diminuiu em todas as cidades pesquisadas. As taxas variaram entre -33,12% em Brasília e -2,03% em Manaus. Em 12 meses, no entanto, todas as capitais mostraram aumentos, exceto Campo Grande (-25,40%). As altas mais expressivas foram observadas em Natal (71,35%), Belo Horizonte (54,17%), Fortaleza (43,92%) e Recife (43,13%).

A oferta do produto aumentou, com as colheitas do norte do Paraná e de Sumaré (SP), que abasteceram o mercado interno, o que pode explicar a queda de preço em todas as cidades.

O valor do feijão diminuiu em 17 cidades em julho. O tipo preto (pesquisado nas cidades do Sul, no Rio de Janeiro, em Vitória e Brasília) apresentou reduções entre -5,21% (Florianópolis) e -2,16% (Vitória). O feijão mulatinho (pesquisado no Norte, Nordeste, em Campo Grande, Goiânia, São Paulo e Belo Horizonte) também apresentou recuos expressivos de preços em todas as cidades, exceto em Aracaju, onde aumentou 4,17%. Em 12 meses, as elevações foram verificadas onde se pesquisa o feijão preto: Florianópolis (13,97%) e Vitória (0,89%). Nas demais cidades onde se coleta o tipo preto, foram observadas as menores variações negativas: Rio de Janeiro (-0,69%), Porto Alegre (-2,74%), Curitiba (-4,97%) e Brasília (-9,61%).

Para o feijão mulatinho, nos 12 meses, houve retração de valor em todas as localidades, com taxas oscilando entre -48,44% (Campo Grande) e -21,97% (Salvador). A redução do preço se deve, principalmente, ao bom desempenho da safra atual em relação à anterior.

O preço do óleo de soja diminuiu em 17 cidades e ficou estável em Natal. As maiores quedas foram observadas em Fortaleza (-6,02%), Manaus (-5,19%) e Recife (-4,50%). Em 12 meses, o preço do produto aumentou em 14 cidades, com variações entre 0,37%, em Salvador, e 14,10%, em Natal. O preço do óleo de soja ficou estável em Vitória e diminuiu em três localidades: Curitiba (-1,47%), Rio de Janeiro (-1,14%) e Brasília (-0,34%). Influenciado pela redução do preço no mercado externo, a cotação do grão tem diminuindo no país. O mercado vive um momento de expectativa: os vendedores esperam uma melhora no valor em virtude do crescimento da exportação dos derivados (óleo e farelo) e os compradores, abastecidos, aguardam o efeito da safra recorde de soja nos EUA, que reduzirá a cotação. No varejo, a redução do valor do óleo de soja pode estar influenciada pelo baixo preço do grão nos meses anteriores.

A farinha de mandioca, pesquisada nas cidades do Norte e Nordeste, seguiu a tendência de recuo de preço já verificada em junho, com oscilações entre -9,66%, em Manaus, e -2,25%, em Belém. Em João Pessoa, o preço ficou estável. Em 12 meses, todas as cidades acumularam diminuições, com destaque para Belém (-38,53%) e Manaus (-34,84%). O clima favorável elevou a oferta da raiz, já a indústria de fécula, por sua vez, segue comprando em ritmo lento, o que empurrou o preço do produto para baixo.

Entre junho e julho, o preço da carne bovina, produto de maior peso na cesta, apresentou redução em 14 cidades. As maiores quedas aconteceram em Aracaju (-4,04%), Curitiba (-2,97%), Manaus (-2,81%) e Vitória (-2,08%). Nas capitais com altas, as taxas não foram superiores a 1%: Rio de Janeiro (0,18%), Florianópolis (0,35%), Brasília (0,40%) e Belém (0,70%). Em 12 meses, todas as capitais tiveram aumentos, que variaram entre 2,49%, em Manaus, e 29,13%, em Florianópolis. Os altos preços da carne no varejo diminuíram a demanda e, por isso, os frigoríficos tentaram negociar preços menores com os produtores. Por outro lado, a oferta aumentou ligeiramente, o que explica o comportamento dos preços em julho.

O açúcar apresentou redução de preços em 13 cidades, com destaque para Belo Horizonte (-4,90%), Rio de Janeiro (-4,78%), Recife (-4,32%) e Salvador (-4%). Em Vitória, o preço ficou estável e foram registradas altas em Natal (2,17%), Aracaju (1,59%), Belém (0,79%) e Curitiba (0,57%). Em 12 meses, foram observadas altas em nove cidades, que variaram entre 0,39%, em Belém, e 18,93%, em Manaus. As maiores quedas ocorreram em Florianópolis (-16,13%), Recife (-7,33%), Brasília (-7,27%) e João Pessoa (-5,95%). A safra de cana de açúcar do Centro/Sul tem abastecido o mercado interno, o que reduz a cotação do açúcar no varejo. O pão francês mostrou elevação de preços em 14 cidades e redução em quatro. As altas variaram entre 0,10%, em São Paulo, e 3,03%, em Recife. A redução mais expressiva foi registrada em Natal (-2,09%). Em 12 meses, todas as cidades tiveram aumento no preço do pão francês, com taxas oscilando entre 6,69%, em Natal, e 32,24%, em Campo Grande. O trigo, principal insumo do pão, teve o preço elevado nos meses anteriores. Entretanto, desde o anúncio da importação de um milhão de toneladas do produto de fora do Mercosul e livre da Tarifa Externa Comum (TEC), o preço do trigo tem sido reduzido no mercado interno. No varejo, porém, o comportamento altista dos meses anteriores teve rebatimento no preço do pão. Em julho, o preço do café em pó aumentou em 12 cidades e diminuiu em seis. As maiores altas aconteceram em Manaus (3,96%), São Paulo (3,25%) e Campo Grande (2,48%). A retração mais expressiva foi observada no Rio de Janeiro (-2,99%). Em 12 meses, apenas Vitória (-10,67%) e Brasília (-6,78%) apresentaram redução no valor do café em pó. As demais cidades tiveram altas entre 0,88% (Florianópolis) e 13,37% (Salvador). A incerteza em relação à safra brasileira de grão, devido à estiagem do início do ano, que afetou a produtividade, elevou o valor do café arábica no mercado interno, o que pode ter repercutido no café em pó no varejo.

Na capital paulista, a cesta básica foi a segunda mais cara entre as 18 pesquisadas e custou, em julho, R\$ 345,42, apesar da diminuição de -2,60% observada em relação a junho. A cidade teve o terceiro menor recuo no preço da cesta entre as capitais pesquisadas. No acumulado do ano, a alta foi de 5,56%. Já na comparação com julho de 2013, o aumento foi de 5,49%.

Entre junho e julho, seis itens da cesta apresentaram diminuição: batata (-18,34%), tomate (-12,45%), feijão mulatinho (-4,99%), óleo de soja (-1,67%), açúcar (-1,64%) e carne bovina (-0,51%). Os outros sete bens tiveram aumento de preço: manteiga (4,12%), café em pó (3,25%), farinha de trigo (2%), leite *in natura* integral (1,61%), banana nanica (1,16%), arroz agulhinha (0,39%) e pão francês (0,10%).

Na comparação anual, apenas dois produtos tiveram redução de preço: feijão mulatinho (-41,29%) e batata (-28,50%). Os demais apresentaram variações positivas: banana nanica (24,67%), farinha de trigo (18,35%), carne bovina (16,48%), tomate (15,97%), café em pó (10,42%), pão francês (9,40%), arroz agulhinha (8,44%) e manteiga (6,77%). Leite *in natura* integral (4,96%), óleo de soja (1,03%) e açúcar refinado (0,56%) tiveram aumentos inferiores à variação anual da cesta (5,49%). Devido à retração do custo da cesta no mês, o trabalhador paulistano cuja remuneração equivale ao salário mínimo necessitou cumprir, em julho, 104h58 para comprar os mesmos produtos que, em junho, exigiam a realização de cerca de 3h a mais: 107h46. Em julho de 2013, o tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta era maior: 106h15.

Em julho, o custo da cesta, em São Paulo, comprometeu 51,86% do salário mínimo líquido, isto é, após os descontos previdenciários. Em junho, o percentual exigido era maior, de 53,24%. Em julho de 2013, a parcela do salário mínimo líquido gasta com os gêneros alimentícios também foi maior e correspondeu a 52,49%.

Portal da CUT

Documentos sugerem que montadoras colaboraram com a ditadura no Brasil

07/08/2014

Empresas teriam ajudado militares a identificar suspeitos "subversivos" e ativistas sindicais em suas folhas de pagamento

Escrito por: Reuters

Quando João Paulo de Oliveira foi demitido em 1980 pela Rapistan, um fabricante de esteiras transportadoras cuja matriz fica em Michigan, nos Estados Unidos, seus problemas estavam apenas começando. Nos anos seguintes, a ditadura militar no Brasil (1964-1985) prendeu ou deteve Oliveira por cerca de dez vezes. Carros de polícia passavam por sua casa nos subúrbios industriais da Grande São Paulo, disse ele, e os oficiais faziam gestos intimidadores ou apontavam armas em sua direção.

O crime aparente de Oliveira: ser um sindicalista durante uma época em que os militares consideravam greves como subversão comunista.

"Eu costumava brincar que a minha casa era a mais segura no bairro com tanta polícia por perto", disse Oliveira, hoje com 63 anos. "Mas era difícil, realmente assustador, como uma tortura psicológica."

Pior, disse ele: outras fabricantes se recusaram a contratá-lo por muitos anos depois, vagamente citando seu passado. Outros colegas tiveram o mesmo destino. "Nós sempre suspeitamos que as empresas estavam passando informações sobre nós para a polícia", afirmou. "Mas nunca soubemos com certeza."

Demissões e perseguição

Evidências recentemente descobertas sugerem que as suspeitas de Oliveira eram bem fundamentadas. Uma comissão apontada pelo governo para investigar abusos durante a ditadura no Brasil encontrou documentos mostrariam que a Rapistan e outras empresas secretamente ajudaram os militares a identificar suspeitos "subversivos" e ativistas sindicais em suas folhas de pagamento.

Empresas estrangeiras e brasileiras são citadas nos documentos, incluindo algumas das maiores montadoras de automóveis do mundo: Volkswagen, Ford, Toyota e Mercedes-Benz, entre outras — todas com sede brasileira na região do ABC.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) ainda tem de publicar suas conclusões, e as empresas não foram até aqui acusadas de qualquer crime. Está em debate se elas colaboraram com a ditadura — e, se sim, em que medida. No entanto, defensores dos direitos humanos e alguns dos trabalhadores citados nos documentos dizem que podem mover ações cíveis ou legais como resultado das conclusões da comissão. Alguns trabalhadores querem que as empresas paguem reparações por salários perdidos. Outros, incluindo aqueles que duvidam que o relatório da CNV será conclusivo o suficiente para um caso nos tribunais, dizem que ficariam satisfeitos com um pedido de desculpas.

A CNV foi instituída em 2012 pela presidente Dilma Rousseff, ela própria uma ex-militante de esquerda que foi presa e torturada por militares na década dos anos 1970. A comissão tem a tarefa de lançar nova luz sobre os abusos cometidos durante essa época, e quem foram os responsáveis por isso.

A ditadura apoiada pelos Estados Unidos matou cerca de 300 pessoas, e torturou e/ou prendeu milhares mais, como parte do que o regime via como uma luta para parar o esforço de esquerdistas de transformar o Brasil em uma versão muito maior da Cuba de Fidel Castro. Dilma, que está concorrendo à reeleição em outubro, expressou a esperança de que um registro histórico mais completo ajudará a garantir que o Brasil, agora uma democracia próspera e um crescente poder econômico, nunca repita erros daquela época.

As empresas, em geral, se beneficiaram das políticas conservadoras da ditadura. Acadêmicos há muito acreditam que as empresas locais e multinacionais ajudaram o regime a identificar os funcionários que estavam fomentando conflitos trabalhistas ou representavam uma suposta ameaça à estabilidade. Agora, os investigadores da comissão descobriram evidências que acreditam comprovar tal relação.

A CNV planeja incluir as alegações no seu relatório oficial, previsto para sair em dezembro. Seus membros permitiram que a Reuters tivesse acesso a documentos com evidências sobre as empresas à medida que a investigação se aproxima do fim.

Os documentos não fornecem um registro completo da repressão do Estado durante a ditadura. Alguns jornais da época foram queimados pelos militares ou desapareceram; alguns foram encontrados no ano passado nas casas de ex-oficiais depois que eles morreram; outros estão espalhados em arquivos oficiais.

A descoberta mais valorizada da CNV até aqui é um documento encontrado nos arquivos do governo do Estado de São Paulo que investigadores chamam informalmente de "lista negra". Datilografada, ela contém os nomes e endereços residenciais de cerca de 460 trabalhadores de 63 empresas do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), região às vezes chamada de "Detroit do Brasil" por ter muitas montadoras estrangeiras.

A lista, que data de início de 1980, foi elaborada pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), uma agência de inteligência da polícia que existia principalmente para monitorar e reprimir os esquerdistas. Historiadores dizem que o Dops deteve um número indeterminado de pessoas — incluindo a presidente Dilma — e torturou muitas delas.

A Volkswagen é a empresa que tem mais funcionários na lista do Dops, com 73. A Mercedes-Benz aparece em seguida, com 52. O documento não diz para qual finalidade o Dops usou a lista, ou quais os critérios para selecionar os nomes. Também não indica como o Dops obteve as informações.

ORIGEM DAS INFORMAÇÕES

A advogada Rosa Cardoso, que lidera a subcomissão da CNV que investiga supostos abusos contra trabalhadores, disse que a lista parece ter sido usada para monitorar ativistas sindicais num momento em que os sindicatos da Grande São Paulo foram se tornando mais assertivos em suas demandas por melhores salários e condições de trabalho.

A lista, ou alguma versão dela, também pode ter sido distribuída a empresas para impedir os trabalhadores de conseguir emprego em outro lugar após serem demitidos, disse ela, com base em entrevistas que a comissão realizou. O documento inclui informações que, segundo Rosa, só podem ter sido fornecidas pelas empresas. Mais da metade dos nomes na lista têm o setor da fábrica onde os funcionários trabalhavam.

Esse dado, escrito à mão ao lado dos nomes dos empregados, é altamente específico, denotando a função do departamento ("Manutenção") ou sua nomenclatura interna ("Setor 4530"). "É uma prova de que essas empresas conspiraram para reprimir os seus trabalhadores", disse Rosa.

Alguns estudiosos alertam que é possível que as informações sobre os trabalhadores tenham sido obtidas por outros meios — por exemplo, informantes dentro dos sindicatos ou pelo próprio Dops. Questionado sobre as explicações alternativas, Rosa disse: "Não com esse [nível de] detalhe".

Certos documentos descobertos pela comissão indicam mais claramente que as empresas passaram informações para os militares. Investigadores encontraram uma carta de duas páginas da Polícia Civil de São Paulo para o Dops, datada de 9 de março de 1981, sobre David Rumel, então um médico para o sindicato dos metalúrgicos.

A carta inclui data de nascimento e endereço residencial do Rumel, mas é mais concentrada em seu passado esquerdista. A carta observa que ele ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), como estudante, em 1971, e foi preso por cinco meses entre 1975 e 1976. A polícia diz que a informação foi "recolhida pelo serviço de segurança Volkswagen do Brasil".

O nome de Rumel não aparece na "lista negra". Não foi possível localizá-lo para esta reportagem.

OUTRO LADO

Em resposta a perguntas detalhadas da Reuters sobre se forneceu tais informações aos militares, a Volkswagen disse que ainda não foi contactada pela CNV. No entanto, informou que vai iniciar a sua própria investigação. "Sem o conhecimento dos documentos concretos, não somos

capazes de dar respostas a todas as suas perguntas”, disse Renato Acciarto, porta-voz da Volks, num e-mail. “Mas a Volkswagen vai investigar todas as indicações para obter mais informações sobre a empresa e as instituições do Estado durante o período (do regime) militar.”

“A Volkswagen lançará luz sobre esse assunto para obter pleno conhecimento [do que aconteceu]”, escreveu Acciarto.

Cheryl Falk, porta-voz do Dematic Group, com sede em Luxemburgo e que agora controla a Rapistan, disse que a empresa “não tem documentação ou registros” em relação aos empregados em sua unidade brasileira em 1980. “Valorizamos nossos funcionários e respeitamos sua privacidade, e não iríamos tolerar a conduta alegada [pela comissão da verdade]”, acrescentou ela.

A assessoria de imprensa da Mercedes-Benz no Brasil disse que a empresa “não confirma” que deu informações aos militares, e disse que “tem entre seus valores ser apartidária e zelar pela confidencialidade dos dados cadastrais de seus empregados.” A Ford se recusou a comentar. A Toyota e a Fiat, que agora é dona da Chrysler, disseram não ter registros de possíveis abusos durante aquela época.

“Gostaríamos de lembrar que estamos nos referindo a um período passado há mais de 30 anos”, disse o Departamento de Relações Públicas da Toyota do Brasil.

Organizado por Ernesto Germano